

Frente Base CSP-CONLUTAS: Vamos organizar os de baixo para derrubar os de cima

Enquanto lutávamos na forte greve deste ano, apoiada na força dos trabalhadores e trabalhadoras da saúde, Alckmin e Temer faziam vários ataques à classe trabalhadora. Aqui na Unicamp sentimos os impactos destes ataques tanto pela perda do poder de compra como também pela piora das condições de trabalho com a redução das verbas, especialmente na saúde que afetou todo o SUS, inclusive o HC e o CAISM.

Parte dos recursos do SUS vem da seguridade social que, embora tenha saldo positivo, sofre com o desemprego, com desvio das verbas para outras contas e os grandes devedores, que dão calotes bilionários. Ao invés de cobrar esses caloteiros, o governo concede perdão das suas dívidas e estas empresas financiam as campanhas dos principais candidatos. Assim, quando eleitos, fazem leis para devolver o que investiram nas campanhas, retirando nossos direitos, serviços públicos e através da dívida pública.

A dívida pública consome quase metade do orçamento do Brasil e, mesmo já tendo sido paga, continua a crescer. É por isso que movimentos como a Auditoria Cidadã da Dívida questionam essa dívida, orientam a suspensão do pagamento e auditoria nas contas.

A única candidata que se comprometeu com este programa da Auditoria da dívida, foi Vera Lúcia, do PSTU (legenda 16). De acordo com Vera, a suspensão da dívida garante mais investimentos em saúde, educação e as demais áreas sociais, ampliando os serviços públicos ao invés de enxugá-los.

As candidaturas de Boulos (PSOL), de Haddad (PT), de Ciro (PDT) ou de Marina (REDE) não defendem a suspensão da dívida e suas reformas seguirão garantindo o lucro dos grandes empresários e banqueiros. Os mesmo que financiam suas campanhas e que vão cobrar a fatura depois das eleições.

Aliás, o PT nada fez em seus mandatos para romper com esse sistema e Dilma vetou a possibilidade de auditoria da dívida. Além disso, os governos de Lula e Dilma continuaram a reforma da previdência iniciada por FHC e aprovaram outras leis que nos atacam. Suas medidas fizeram com que a situação de vida da classe trabalhadora piorasse significativamente com a intensificação da crise econômica.

Foi com a intensificação da crise que a classe trabalhadora em todo o país começou a se movimentar ainda mais, com expressivo aumento das greves no país todo, gerando uma polarização social entre os de baixo lutando contra os de cima. Como o PT não conseguiu segurar as lutas e, Dilma tomou uma rasteira e o PT tentou se fazer de vítima.

Foi assim que o PT passou a alardear que tinha acontecido um suposto “golpe”, mas, contraditoriamente, continuou se aliando nas eleições (tanto em 2016 como em 2018) com aqueles que chama de “golpistas”. Para seu discurso de vítima, relaciona a prisão de Lula a uma prisão política, dizendo que ele não foi julgado em todas as instâncias. Mas o que o PT não diz à classe trabalhadora é que seus governos foram os que mais encarceraram a população, especialmente os negros da periferia. A grande maioria ainda sem julgamento e muitos brutalmente assassinados pelo estado.

Uma política que entra em sintonia com a lei antiterrorismo implementada pelo PT no governo Dilma, que serve para reprimir os movimentos sociais e sindicais. Repressão esta que é fomentada nestas eleições pelo candidato Bolsonaro. É fácil confundir discursos “radicais” de Bolsonaro com o sentimento generalizado de descrença em tudo o que está colocado. No entanto, o que Bolsonaro prega é o fim dos serviços públicos, o mesmo que salvou a vida dele após o atentado que sofreu. Defendemos que o atentado não foi correto, no entanto, não podemos ser concordar com as políticas que ele defende.

Isto porque, além de querer destruir a organização dos trabalhadores, Bolsonaro também é a favor da reforma trabalhista, da lei das terceirizações, da reforma da previdência e outras leis que nos atacam. Junto a isso, incita o ódio através de manifestações machistas, racistas e homofóbicas. Por este motivo, estão se organizando várias manifestações no país todo contra ele.

Sem dúvida, Bolsonaro representa o que tem de pior na política, mas devemos também rejeitar os programas dos demais que também tiram direitos. Não cabe a nós escolher a cor do chicote! Temos que nos organizar e lutar contra este sistema e, sabendo que as eleições são uma farsa, o voto útil nosso deve ser organizar e preparar as lutas.

Assim, para organizar os de baixo para derrotar os de cima, temos que criar comitês de lutas nos bairros, nas escolas, nos locais de trabalho, como fizemos na greve geral no ano passado. Estes comitês devem retomar a construção de uma nova greve geral, cuja necessidade já foi demonstrada pelos caminhoneiros.

Mas, não queremos mais ser traídos por centrais como a CUT, CTB e a Força Sindical que desmontaram possibilidades de novas greves gerais em 2017 e também não podemos ficar isolados, achando que nossos problemas serão resolvidos só “dentro da nossa casa”. Por isso, precisamos nos unificar com aqueles aquelas que estão na frente das lutas ajudando a pressionar as direções dessas centrais a se movimentar.

É nestes marcos que apresentamos a CSP-Conlutas, que é central sindical e popular que sempre está à frente nas lutas e que defende um programa para a classe trabalhadora, que rompa com o sistema que vivemos e que busca a unidade internacional dos trabalhadores. A CSP-Conlutas, inclusive, foi a única central que apoiou oficialmente a nossa greve e enviou moção à Reitoria.

Além da filiação à CSP-Conlutas, o STU deve tomar medidas de reforma estatutária que ampliem a participação dos trabalhadores e trabalhadoras no STU como a redução do número de candidatos nas chapas. Outra medida estatutária que apresentamos ao congresso é a cláusula de barreira na proporcionalidade. Estas medidas fariam com que quaisquer trabalhadores pudessem se juntar para montar chapas, de maneira independente ou mesmo em coletivos como já ocorre hoje.

São medidas que visam ampliar a participação dos lutadores e lutadoras e devem vir acompanhadas de controle dos mandatos pela base. Uma das medidas de controle é a revogação do mandato que deve garantir o direito à ampla defesa, mas prevenir expulsão de quem trai a categoria.

Além disso, deve-se fortalecer a construção pela base, ampliando a influência do CR. Estas ações devem servir para impulsionar o STU na organização das lutas e apontar saídas para o conjunto dos trabalhadores e trabalhadoras e para o fortalecimento dos serviços públicos.

Neste sentido, temos que debater neste congresso que a única maneira de termos um Estado que garanta mais empregos, melhores salários, mais saúde, educação, moradia e todas as nossas necessidades é através de uma sociedade socialista. Para construir uma sociedade socialista precisamos revolucionar, rompendo com o capitalismo e colocando os trabalhadores e o povo pobre no poder, governando através de conselhos populares.

Venha se rebelar conosco e organize-se. Por uma nova greve geral para colocar para fora Temer e todos eles! Por uma sociedade socialista!

Assinam:

Adriana Stella

José Vitorio Zago

Taigor Martino